

Agora, o Ministério da Economia

O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, defendeu ontem, em entrevista aos correspondentes estrangeiros, a criação do Ministério da Economia, com a incorporação do Ministério do Planejamento ao da Fazenda. Funaro disse aos correspondentes que a incorporação poderá ocorrer dentro de um processo de reforma administrativa, o que faria a economia ser gerida da maneira mais racional.

Funaro confirmou a correção mensal da OTN a partir de março e descartou a possibilidade de novo pacote interno.

Aos correspondentes e depois em rápida entrevista a jornalistas brasileiros, Funaro disse que a partir de agora "o País não procurará um confronto, mas um processo de negociação que leve o País a fechar um acordo plurianual para o pagamento de sua dívida". O ministro afirmou que o governo não teme que a comunidade internacional inicie um ciclo de represálias ao Brasil, mas disse que "o País está preparado para a possibilidade de um endurecimento". Porém, Funaro negou-se a revelar quais medidas o Brasil adotaria em resposta ao endurecimento.

O ministro revelou que vem mantendo vários contatos a nível internacional desde sexta-feira de manhã e os bancos já estão compreendendo melhor a posição brasileira de suspender o pagamento dos juros da

dívida. "Podem existir incompreensões, mas isto é normal entre 700 bancos credores."

Aos correspondentes o ministro revelou que o País poderá deixar de pagar US\$ 5,6 bilhões aos bancos credores particulares este ano, caso a suspensão perdure até o final do ano. Mas outros US\$ 2,7 bilhões serão pagos pontualmente às agências oficiais de crédito dos países credores (Eximbanks) e aos bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento (Bird e BID). O ministro revelou que estas projeções foram elaboradas pelo Banco Central durante as discussões internas sobre a suspensão dos juros da dívida.

Funaro precisou paralisar a entrevista aos jornalistas estrangeiros várias vezes, para atender telefonemas. Entre eles do presidente José Sarney e do ex-secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger. O ministro revelou aos repórteres brasileiros que o ex-secretário "elogiou a atitude brasileira de buscar caminhos novos" e que ele sempre defendeu o ajustamento que os países credores tentam impor aos devedores. Aos correspondentes, Funaro afirmou que Kissinger "é um grande amigo do Brasil".

O ministro informou que sua viagem aos Estados Unidos ainda não está confirmada, na quinta-feira ele chegou a anunciar seu embarque no



Júlio Fernandes

Funaro só falou aos correspondentes estrangeiros

final desta semana, para manter contatos com banqueiros e autoridades econômicas norte-americanas durante o período do carnaval. "Minha

viagem depende das reações e contatos que estamos fazendo."

Funaro também não considerou que as medidas de austeridade com

os gastos públicos anunciadas pelo presidente Sarney são uma maneira de "agradar o FMI sem recorrer ao Fundo. Por ordem na casa é um de-

ver nosso. A receita do Fundo é muito maior do que isso. Eles querem ajustes interno e externo que podem levar à recessão. E isso nós não queremos".

O ministro também considerou a reação da Argentina quanto à decisão de suspensão dos juros como "um ato de solidariedade muito grande". Mas ressaltou que os países devedores devem agir de maneira independente em relação às renegociações de sua dívida, como acertado no acordo de Cartagena, 1985.

No campo interno, Funaro negou a possibilidade de um novo pacote ser baixado em breve. Revelou que o governo continuará no caminho da austeridade com os gastos e que na próxima semana serão anunciadas novas medidas de austeridade. Revelou que o presidente Sarney está disposto a prorrogar a determinação do Tesouro Nacional de gastar apenas o que arrecadar, por mais seis meses, se os primeiros seis meses da medida forem satisfatórios.

O ministro informou também que depois da correção do valor da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional) em primeiro de março próximo, ela continuará sendo corrigida mensalmente. Com base na OTN, o governo autorizará a correção de contratos com prazos inferiores a um ano, concluindo o processo da retomada da indexação total da economia.